

Fonte: A Gazeta
 Data: 31/10/92

Funai discute saída de 5 mil garimpeiros de Sararé

A Justiça Federal já determinou retirada, mas a Polícia Federal não dispõe de recursos

Alda Zorman
 Da Redação

O administrador regional da Fundação Nacional do Índio - Funai em Mato Grosso, Ariovaldo José dos Santos, viaja nos próximos dias para Brasília, onde participará de reunião com todos os órgãos envolvidos na questão do meio-ambiente e da mineração. O objetivo de sua ida a Brasília é encontrar uma solução para a retirada pacífica dos garimpeiros que ocupam a área indígena de Sararé (município de Pontes e Lacerda), habitada pelos índios nambiquara.

Ariovaldo Santos voltou a culpar o Governo do Estado pela demora na retirada dos cinco mil garimpeiros que estão explorando ouro na reserva indígena. "Os índios não estão recebendo nenhuma contrapartida do ouro que está sendo retirado ilegalmente da área, e se vêem preocupados com a exploração de uma riqueza que por direito é sua", afirma o administrador da

Funai. "Pela Constituição Federal, a ocupação de áreas indígenas depende do Congresso e do consentimento da comunidade indígena que detém o direito de usufruir da área. Mas isto não está sendo respeitado pelos garimpeiros", acrescentou o indigenista.

Na opinião de Ariovaldo Santos, o impasse para a retirada dos garimpeiros se agravou quando o governo estadual concedeu prazo de 60 dias para a desocupação da área. "Com este prazo, houve acomodação dos garimpeiros e muitos se deslocaram para a área, dificultando o processo de retirada pacífica". A Funai está orientando os chefes de posto no sentido de evitar qualquer confronto com os garimpeiros.

O processo de invasão se intensificou nas últimas duas semanas. Hoje, são mais de 300 dragas instaladas na área Sararé, ocupando sete quilômetros ao longo do córrego Agua Suja, que já está poluído. Na área, foram instalados cinco acampamentos de garimpeiros, dando surgimento a uma vila que é sustentada exclusivamente pelo ouro explorado na terra dos índios.

REPRESENTAÇÃO - Na última sexta-feira a Awaru-comissão de apoio indigenista ao povo nambiquara entrou com uma representação na Procuradoria da República em Mato Grosso, solicitando que se esclareça à sociedade civil e aos garimpeiros que o acordo feito pelo governador Jaime Campos é ilegal. A entidade também solicita entre outros pontos que se promova a responsabilidade criminal do governador e de outras autoridades que estão criando obstáculos para o cumprimento de uma determinação da Justiça.

No dia 18 de dezembro o juiz Mário César Ribeiro, da 9ª Vara da Justiça Federal de Brasília, concedeu liminar ordenando a imediata retirada dos garimpeiros da reserva. A liminar não foi cumprida. O superintendente da Polícia Federal no estado, Arthur Lobo, disse que não dispõe de recursos financeiros para realizar a operação de retirada dos garimpeiros.



Grandes áreas da reserva dos nambiquaras já estão devastadas